

# Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo: Ed. FGV, 2018, 168p.

O mais recente livro do professor Bresser-Pereira oferece uma análise de Economia Política do Desenvolvimento para compreender a ineficácia do atual arranjo de política econômica no Brasil que coloca o país numa trajetória de desenvolvimento sustentado e equitativo. O livro oferece, por um lado, um refinamento das ideias que o autor vem defendendo há mais de dez anos (BRESSER-PEREIRA, 2007) e, por outro, logra a proeza de ter uma redação fluida, sintética e clara, bem como acessível a um público não especializado no jargão da profissão.

É muito bem-vinda a análise interdisciplinar do Prof. Bresser-Pereira nestes tempos em que os economistas parecem ter-se esquecido de que seu objeto de estudo é o sistema econômico inserido no contexto social e histórico. Não há na obra qualquer proselitismo ideológico no eixo Estado-Mercado, uma falsa polarização que o autor descarta logo nas primeiras páginas. Estado e mercado operam organicamente dentro de uma rede complexa de conexões institucionais, tecnológicas e sociais. Ficam de fora da análise os automatismos mecânicos típicos do raciocínio neoclássico. Este que se vê costumeiramente preso ao individualismo metodológico que ignora as convenções e instituições que se formam no plano coletivo e que se voltam sobre os indivíduos que as causam intencional e/ou não intencionalmente, conformando-lhes o comportamento e as decisões. O autor adota um metodologia que repõe a Economia como campo associado e indissociável da Ciência

---

1. Professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

Política e da História, tornando mais abrangente e nuançada a compreensão dos desafios que acometem o país neste momento singular de sua história.

O livro se divide em três grandes partes, a saber: (1) um preâmbulo teórico acerca da relação entre Estado e mercado no capitalismo contemporâneo seguido por uma demarcação da tradição desenvolvimentista que contextualiza o novo-desenvolvimentismo, tanto no plano das políticas econômicas quanto no pensamento econômico (capítulos 1, 2 e 3); (2) uma leitura histórica do problema do desenvolvimento econômico no Brasil recente e os quatro principais desafios no caminho do pleno uso do potencial produtivo nacional, na linha de Hirschman vista acima (capítulos 4 e 5); e (3) o arranjo de política econômica centrado nos cinco preços macroeconômicos “corretos” e as reformas institucionais necessárias para o resgate de uma agenda de desenvolvimento econômico (capítulos 6 e 7). Em poucas palavras, Bresser resgata o esforço de encontrar o modelo que aproveite de forma sustentável os nossos recursos naturais e nossas riquezas demográfica, social e cultural.

Sinteticamente, o argumento pode ser assim resumido: existem dois níveis de equilíbrio para a taxa de câmbio: ou o equilíbrio corrente, quando não há doença holandesa, ou o equilíbrio industrial, quando esta desvantagem competitiva estrutural está presente. O arranjo de política econômica atual, que parte da legitimidade de déficits em conta-corrente porque seriam “poupança externa”, ocasiona uma taxa de juros muito alta, a qual atrai capitais estrangeiros que levam à sobreapreciação persistente da taxa de câmbio e a um déficit em conta-corrente. Quando houver doença holandesa, o equilíbrio é mais alto (depreciado) do que o equilíbrio corrente, caso não seja neutralizada, reduzirá a competitividade das empresas industriais dotadas de tecnologia próxima ao “estado da arte”, inviabilizando os investimentos nos setores afetados. Deflagra-se, então, um processo cumulativo circular em que o populismo cambial reforça o populismo fiscal. A taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo aprofunda e causa desindustrialização, prendendo a economia brasileira numa armadilha de renda média. O resultado se manifesta como crescimento econômico anêmico, defasagem tecnológica, desemprego resistente à baixa, imensa desigualdade de renda e de riqueza e inflação elevada para padrões internacionais.

As causas mais profundas desta “armadilha do subdesenvolvimento” residem na estratégia de desenvolvimento apoiada em poupança externa e no desequilíbrio fiscal, no se ignorar a doença holandesa, bem como na crença de que a dinâmica espontânea de mercado conduzirá a economia brasileira ao desenvolvimento econômico no longo prazo. O principal pleito do livro é, portanto, uma rejeição explícita a qualquer tipo de populismo econômico, definido como a incompetência política que conduz a uma “irresponsabilidade no gastar” (p. 29).

O autor argumenta que a ortodoxia centra seu discurso no resgate da confiança empresarial por meio de um controle cambial da inflação e de uma contínua política de austeridade fiscal que, combinadas a uma taxa de juros elevada, promovem um *populismo cambial* (com claro viés de consumo de curto prazo) que inibe duplamente o dinamismo econômico pela via da demanda agregada, com efeitos de longo prazo sobre a estrutura da oferta. Primeiro, por meio do encarecimento do crédito e desestímulo aos investimentos em atividades produtivas – o que causa desemprego – e, em segundo lugar, pelo agravamento da tendência de longo prazo à sobreapreciação da moeda nacional – cujos resultados são a persistência de déficits em conta-corrente que atraem poupança externa; o bloqueio do acesso à demanda efetiva mundial por parte dos setores industriais exportadores com tecnologia de ponta e como consequência de longo prazo; e uma transformação estrutural da matriz produtiva na direção de indústrias extrativas e agrícolas de baixo valor adicionado *per capita*.

Além do populismo econômico associado à ortodoxia – mas que não é sua exclusividade –, rejeita-se também o *populismo fiscal* associado à matriz social-desenvolvimentista que leva à hipertrofia do gasto público e à dependência da economia com relação ao setor público como um gerador de demanda efetiva. O aprofundamento de ineficiências do Estado se manifesta em crescente pressão sobre as contas públicas. A deterioração do espaço fiscal pressiona a taxa de juros para cima e estreita as possibilidades de investimento público em setores estratégicos como infraestrutura, saúde e educação. O efeito menos trivial é a elevação da taxa de lucro requerida para viabilizar investimentos privados em setores dinâmicos e estratégicos, o que acaba por reforçar o populismo cambial visto acima.

Seguindo a tradição estruturalista, o autor é cético quanto à eficácia dos mecanismos de mercado na promoção do desenvolvimento, uma vez que a viabilidade do “alcançamento” com relação aos países desenvolvidos requer que os *cinco preços macroeconômicos* estejam em seus níveis “corretos”. No Brasil de hoje, Bresser-Pereira defende que a taxa de juros, a taxa de salários e a taxa de inflação estão muito elevadas, enquanto a taxa de lucro e a taxa de câmbio estão muito baixas. Todavia, não se trata apenas de uma questão técnica para economistas. Esta grave e crônica condição econômica tem causas também de ordem política, na medida em que atende a interesses de grupos sociais (rentistas e financistas) em detrimento de outros (os industriais e os trabalhadores). Para tanto, o autor preconiza um conjunto de políticas e instituições econômicas que removam as amarras ao dinamismo da economia brasileira, bem como repartam de forma mais equânime tanto os custos quanto os frutos do crescimento econômico. Cumpre corrigir essas distorções que escapam ao poder coordenador do mercado.

Os méritos do livro não o eximem, é claro, de receber questionamentos e críticas. Nesse sentido, superar as resistências teóricas e da economia política real ao novo-desenvolvimentismo requer aprofundar as pesquisas em pelo menos duas direções. A primeira direção diz respeito à possibilidade de controlar a taxa de câmbio nominal com vistas a manter a taxa de câmbio real em sua posição “correta”. O novo-desenvolvimentismo teria melhor receptividade se salientasse o aspecto preventivo de uma taxa de câmbio depreciada contra a desindustrialização. Tal ênfase amenizaria o longo *ceticismo teórico* da profissão com os efeitos industrializantes da política de desvalorização cambial *once-and-for-all* para mantê-la gravitando em torno do equilíbrio industrial. Essa questão controversa envolve a ortodoxia e a própria heterodoxia econômicas (BRESSER-PEREIRA; RUGITSKY, 2018).

Uma segunda direção do esforço de pesquisa pode explicitar mais claramente os mecanismos da desindustrialização, em particular, as condições em que a dinâmica alocativa resultante da doença holandesa se dará em direção aos setores de baixa intensidade tecnológica.

Publicado em meados do ano, o livro promove um projeto de desenvolvimento que veio a ser rejeitado pelas urnas poucos meses depois. A eleição de uma plataforma com retórica ostensivamente antiestatal é certamente anticlimática para quem esposa as ideias desenvolvimentistas do autor. Segundo Celso Furtado (1998, p. 47), o desenvolvimento ocorre “quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou”. Se o diagnóstico que a obra de Bresser-Pereira nos oferece for confirmado, os próximos anos testemunharão mais uma vez o crepúsculo do desenvolvimento brasileiro. Continuaremos à sua espera, no longo amanhecer da nossa consciência nacional.

## Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

\_\_\_\_\_; RUGITSKY, Fernando. Industrial policy and exchange rate scepticism, *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, vol. 42, n. 3, p. 617-632, 2018.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*, 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.